

dever de prestar aos jurisdicionados o que entenderam lhes ser de direito e de justiça.

Àqueles que se afastaram do nosso convívio diário por impositivo legal, devo dizer-lhes que pensando em cada um, não resisti à leitura da análise efetuada pelo Desembargador Bartolomeu Bueno, do TJPE, e Primeiro Vice-Presidente da ANDES, publicada no jornal da própria associação, em dezembro de 2010, quando Sua Excelência, estribando-se nos aspectos legal e social, conclui da necessidade de alteração desse pólo, devido a capacidade intelectual e experiência daquele servidor público, que muito tem a contribuir com a sociedade após a maioridade exigida, como os senhores que aqui se encontram nesta tarde.

Por outro lado, em analisando as posições contrárias, vejo-as com simpatia pessoal, pois devemos pensar, como os acima citados, nas nossas famílias, nos nossos amigos, e na própria sociedade, recuperando o caminho da juventude, com dedicação aos núcleos que importância dispõem porque arcabouços da própria sociedade.

Fernando Pessoa disse e sempre que posso repito “o valor das coisas não está no tempo em que duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isto existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais registrou o que fizeram e a vida registra do que são capazes por que:

“Deus escolhe os seus servos ao nascerem, ou talvez antes mesmo do nascimento” conforme declarado na apresentação da obra médico de homens e almas – EPICIETO.

E acrescento: os senhores foram escolhidos para servirem aos mineiros, e continuarão servindo ainda que fora da função, porque sei da identidade que os senhores possuem com os seus anjos, que os continuarão guiando, com a convicção de que felizes já o são, como “soe” acontecer em todas as circunstâncias, agora na expressão de Lorna Byrne do livro Anjos em minha vida.

Falar todos os nomes e dizer: O TJMG, sintonizado aos demais poderes do Estado, cumprimenta e agradece a Vossas Excelências pelos serviços prestados à Instituição e aos jurisdicionados, desejando-lhes que a nova etapa das suas vidas seja repleta de sorrisos de felicidade. Obrigado.

Discurso proferido em nome dos homenageados pela Desembargadora Maria Elza de Campos Zettel:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa, em cuja pessoal peço vênua para saudar todas as demais autoridades, advogados, serventuários, amigos e familiares que nos honram com a sua presença.

Minhas senhoras e meus senhores.

Por delegação da Egrégia Presidência deste Tribunal recebi a missão de proferir esta saudação, trazendo-me um regozijo íntimo, pela oportunidade de retornar a esta Casa e porque haveria de me dirigir a ex-colegas de caminhada, homens probos, com larga experiência profissional, profundos conhecimentos jurídicos e que para minha alegria pessoal, de alguns me tornei amiga.

Se por um lado, de alegria revestiu a minha alma, de outro, também se fez presente uma preocupação, na medida em que embora honrada com a incumbência, pesado se descortinou o encargo, pelo receio de não conseguir traduzir, na exata proporção, o pensamento de meus nobres colegas agraciados, Desembargadores Jane Ribeiro Silva, Electra Maria de Almeida Benevides, Fábio Maia Viani, Maria Celeste Porto Teixeira, Antônio Lucas Pereira, e eminentes Juízes Doutores Rafael Gontijo, Cairo Luiz Cordeiro Gibran, Winston Churchill de Almeida, Pedro Jorge de Oliveira Netto, Antônio Adilson Salgado Araújo, Luiz Gonzaga Camargo,

Ana Maria de Oliveira Fróes, todos portadores de tantas e tão marcantes virtudes, com traços comuns de uma personalidade humana e digna, aptos a melhor desempenharem esta incumbência, tão generosamente a mim confiada pelo Digno Presidente deste Tribunal.

Outros o fariam, tenho certeza, com maior competência melhor conhecimento. A tarefa não é fácil.

Começo por citar a excelência poética de Carlos Drummond:

“Falar é completamente fácil, quando se tem palavras em mente que expressem sua opinião. Difícil é expressar por gestos e atitudes o que realmente queremos dizer, o quanto queremos dizer, antes que a pessoa se vá.”

Traduzindo o pensamento de todos nós agraciados aqui vai a primeira regra – abandonar o “eu”, palavrinha perigosa, dotada de individualidade e que, não poucas vezes, denota egoísmo e apreço pessoal. Vou preferir usas o “nós”.

Todos nós, seres humanos, nos aportamos a este mundo vocacionados a sermos, antes de tudo, humanos.

No decurso de nossa trajetória, caminhos nos são propostos, horizonte se descortina, dificuldades se apresentam, luzes nos iluminam, mãos nos são estendidas, nosso perfil pessoal vai se delineando, se firmando, e começam as nossas escolhas que, se acertadas e de acordo com o projeto divino da criação, nos integram de maneira harmoniosa, no contexto social em que vivemos, permitindo-nos em crescimento interior, bem como pessoal e profissional, consciente do nosso papel na terra.

Nós agraciados fizemos a nossa feliz escolha profissional ao colocar a Justiça no topo de nossa escala de valores, por entendermos que sem ela, bem social máximo, o convívio social é inviável.

Vocacionados para a difícil missão de dirimir os conflitos iniciamos a nossa caminhada, cada um a seu tempo e por diferentes Comarcas, mas imbuídos de um mesmo ideal, o de assegurar os direitos fundamentais do homem e de outras normas que regem a convivência social.

Não se tem, em exíguo tempo, como discorrer sobre a trajetória de cada agraciado, todavia, no curso da carreira, a história de cada um foi sendo escrita, recheada de sonhos, ideais, desencontros, lutas, alegrias, tristezas, preocupações, barreiras transpostas, experiências vividas, noites mal dormidas, reconstrução do direito ofendido, busca por mais um degrau na carreira, fragilidades de algumas leis, insegurança, família colocada em segundo plano ante a avalanche de papéis e processos, visão das partes como seres humanos, precariedade de instalações, complexidade de alguns processos e, assim, todos nós, fomos travando o bom combate.

Vivenciamos tudo isto, sem esquecermos que a Justiça representa o alicerce da paz e que o justo é um só.

Ante tantos percalços, fomos nos familiarizando com os segredos da arte de julgar, descobrindo a arte de bem viver, fomos nos amadurecendo, vencemos muitas barreiras, com as experiências adquiridas caminhos foram abertos, fomos nos lapidando, as virtudes do bom senso, do equilíbrio, da moderação foram sendo aperfeiçoadas.

Desta forma, com muito trabalho, segurança, lucidez, integridade, coragem, alegria e paz no coração, chegamos ao término da obra executada.

Diríamos que começáramos tudo de novo, se nos fosse possível retroceder no tempo.

No diálogo sobre a velhice, de Cícero, maior orador romano, encontra-se este pensamento, muito apropriado a nós, agraciados:

“Vivi de tal forma, que sinto não ter nascido em vão.”

E eu diria:

“Vivemos de tal forma, que sentimos não termos nascido em vão.”

Nessa vida dinâmica, tivemos **nostra missão** devidamente cumprida. Sonhamos e fomos capazes de realizar nossos sonhos.

Deixamos a toga com a consciência do dever cumprido, de que tudo foi construído com empenho e entusiasmo, jamais desencantados com a grandeza e o futuro do Judiciário.

Acreditamos na sua perenidade e na sua importância, no Estado Democrático de Direito, tal como nas luminosas verdades eternas. Sensibilizados agradecemos a homenagem, reconhecimento por nosso desempenho funcional.

Reconforta-nos e alenta nossas almas a certeza de que:

“Há tempo para ir à fonte e ser regato; há tempo para mirar a estrela e ser farol; há tempo para admirar a flor e ser a haste; há tempo para contemplar o caminho e ser seta; há tempo para escutar o Mestre e ser discípulo; há tempo para assumir a Cruz e ser alento; há tempo para se aquecer ao sol e ser calor; há tempo para adorar a vida e viver; há tempo para entrar no coração e ser discípulo; há tempo para criar espaço; há espaço para conquistar o tempo; há espaço para fazer do tempo uma canção de louvor; há tempo para fazer do coração grande espaço do amor.” (In “Passagens que permanecem” Coletânea de Poemas – Carmen Ampese, pág.15, Editora Loyola).

Obrigado, Senhor Deus, pelo tempo e pelo espaço, em que nos foi permitido sermos julgadores.

Ao término dessas singelas, mas sinceras palavras, desejamos aos integrantes deste Egrégio Tribunal e de toda a Magistratura Mineira, que Deus os ilumine e amenize suas tarefas, em momento tão conturbado, com valores tão distorcidos a afetar toda a humanidade.

A todos, indistintamente, que compareceram a esta solenidade, Desembargadores, Autoridades, Juízes, Procuradores, Advogados, Serventuários, familiares e amigos, os nossos sinceros agradecimentos. Muito obrigado.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes
19.08.2011

Comissão Permanente de Licitação

Julgamento da Habilitação

Licitação: 098/2011

Modalidade: Convite

Objeto: Serviço de elaboração de Relatório de Impacto Urbano – RIU para aprovação do projeto arquitetônico do novo Fórum da Comarca de Contagem/MG.

Foi inabilitada a empresa Vida Meio Ambiente.

Abre-se o prazo de recurso nos termos do art. 109 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Em 19/08/2011

a) Comissão de Licitação.

Interposição de Recurso 19.08.2011

Licitação: 072/2011

Processo: 672/2011

Modalidade: Concorrência